Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência n.º 3 do artigo 128.º do CIRE.

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar n.º 1, artigo 128.º do CIRE:

A proveniência dos créditos, data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 05-06-2008, pelas 09:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados n.º 6 do artigo 72 do CIRE.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 10 dias artigo 42.º do CIRE, e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias artigo 40.º e 42 do CIRE.

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE.

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor artigo 192 do CIRE.

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

16 de Abril de 2008. — A Juíza de Direito, *Paula Cristina Simões Moreira*. — O Oficial de Justiça, *Adosinda Freitas*.

300220987

4.º JUÍZO CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE GUIMARÃES

Anúncio n.º 3125/2008

Processo: 3625/07.0TBGMR

Insolvência pessoa colectiva (Apresentação)

Insolvente: Ribeiro & Gomes, Lda^a

Presidente Com. Credores: Finbanco Sa e outro(s).

Encerramento de Processo

Nos autos de Insolvência acima identificados em que são: Ribeiro & Gomes, Lda^a, NIF — 502507179, Endereço: Rua da Indústria, 19, Vila Nova de Sande, 4805-620 Vila Nova de Sande

Administrador de Insolvência: Luís Augusto Moreira Gomes, Endereço: Rua D. Afonso Henriques, 2688, Sala N, Águas Santas — Apartado 2062, 4429-909 Maia.

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: “prosseguindo o processo após a declaração de insolvência, o Juiz declara o seu encerramento [...] após o trânsito em julgado da decisão de homologação do plano de insolvência, se a isso não se opuser o conteúdo”- cf. artigo 230.º, n.º 1, al. b) do C.I.R.E.; a decisão de homologação do plano de insolvência foi proferida em 13.03.2008 e transitou em 28.03.2008.

Efeitos do encerramento: os previsto no artigo 233.º, n.º 2 do C.I.R.E. N/Referência: 4968396

14 de Abril de 2008. — O Juiz de Direito, *Pedro Miguel Silva Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Rui Fernandes*.

300223246

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DA COMARCA DE ÍLHAVO

Anúncio n.º 3126/2008

Processo: 524/06.6TBILH

Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Credor: Freirepesca-Comércio de Produtos Alimentares, S. A.

Insolvente: Ipagel, Produtos Alimentares Congelados, Lda

Ipagel, Produtos Alimentares Congelados, Lda, NIF — 504444794, Endereço: Av. dos Bacalhoeiros, 259-B, Gafanha da Nazaré, Ílhavo, 3830-353 Gafanha da Nazaré

Nuno Gonçalo de Oliveira Curz Barbosa Castelhamo, Endereço: Rua Padre Estevão Cabral, 79, 2.º, Sala 204, 3000-317 Coimbra

Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra identificado, foi encerrado por inexistência de qualquer bens pertença da insolvente.

A decisão de encerramento do processo foi determinada por: despacho de 23/11/2007

Efeitos do encerramento: Artigo. 230.º, n.º 1, al.d) e 232.º, n.º 2 do CIRE.

26 de Novembro de 2007. — A Juíza de Direito, *Maria Teresa Jesus Coimbra*. — O Oficial de Justiça, *Ana Conceição Monteiro*.

1196159830423

1.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 3127/2008

Prestação de contas de administrador (CIRE)

Processo n.º 656/07.3TBLRA-E

Requerente: Maria do Céu Carrinho

Réu: TABEXPLO — Sociedade de Restauração, L.^{da}

O Dr. Fernando Jorge Prata Andrade, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a/o insolvente (devedora), notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam 10 dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 do CIRE).

O Prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

7 de Abril de 2008. — O Juiz de Direito, *Fernando Jorge Prata Andrade*. — O Oficial de Justiça, *Olga Araújo*.

3000205053

2.º JUÍZO DE COMPETÊNCIA ESPECIALIZADA CÍVEL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LEIRIA

Anúncio n.º 3128/2008

Insolvência de pessoa colectiva (apresentação)

Processo n.º 1869/08.6TBLRA

Insolvente: MOLDEF — Estudo & Fabrico de Moldes, L.^{da}

No Tribunal Judicial de Leiria, 2.º Juízo Cível de Leiria, no dia 01-04-2008, pelas 16 horas e 18 minutos, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor:

MOLDEF — Estudo & Fabrico de Moldes, L.^{da}, NIF — 507186419, Endereço: EN 356, n.º 32, Vale Salgueiro, 2405-035 MACEIRA, com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Joaquim Jorge Rodrigues Camelo, Endereço: 20 Avenue Roger Salengro, 78360 — Montesson — Paris, França, a quem é fixado domicílio na morada indicada.